

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

É a juventude da geração à rasca, a geração que a retórica vazia dos discursos e a ausência de propostas atirou para as ruas e praças das cidades um pouco por todo o mundo em busca de formas de expressão alternativas.

Boaventura de Sousa Santos

Recessão

Uma recessão é uma contração da atividade económica generalizada, isto é, uma quebra de atividade simultânea em todos os setores de atividade. É habitual considerar que uma economia entrou em recessão quando se verifica uma redução do Produto Interno Bruto (PIB) medido em termos reais (descontado o efeito da inflação) em dois trimestres seguidos. No entanto, a definição técnica de recessão é mais abrangente. O *National Bureau of Economic Research* (NBER) dos EUA define uma recessão económica não só em termos de declínio do PIB real, como do rendimento, do emprego, da produção industrial e das vendas a grosso e a retalho. Uma recessão difere de uma depressão pela severidade do declínio da atividade económica. É habitual falar de depressão quando o declínio verificado é superior a 10% do produto. De acordo com este critério, a Grécia estará a experimentar uma depressão (contração do PIB de 11% entre 2007 e 2011), mas Portugal ainda não (contração do PIB de 3% entre 2007 e 2011). A contração do PIB verificada em 2011, em conjunto com a prevista para 2012, aproximará Portugal do nível próprio de uma depressão.

Embora exista unanimidade quanto à constatação da natureza cíclica da dinâmica das economias capitalistas, essa unanimidade não existe nem quanto às causas, nem quanto às respostas de política mais adequadas face às recessões. Karl Marx, num dos primeiros e mais importantes contributos para a análise das crises, defendeu que as crises cíclicas decorrem da tendência para a sobreacumulação inscrita no modo capitalista de produção. O investimento excessivo decorrente de lucros elevados na fase ascendente do ciclo daria origem a uma queda da taxa de lucro que se transformaria em contração da procura quando, em resposta a menores lucros, se acentuava a exploração do trabalho e caíam os rendimentos salariais que sustentavam o consumo.

No contexto da Grande Depressão dos anos 30 do século XX, os economistas (e os governos) dividiram-se quanto ao tipo de resposta apropriada. Enquanto uns, com destaque para John Maynard Keynes, defendiam polí-

ticas públicas, monetárias e orçamentais, de estímulo ao investimento e ao consumo, outros defendiam a contenção orçamental. Quase cem anos depois reencontramos este debate no quadro da atual crise.

José Maria Castro Caldas

Reconhecimento

Em sentido estrito, reconhecer é conhecer de novo, num processo conducente ao estabelecimento de relações de igualdade. Nessa linha, a premissa do reconhecimento consiste numa disponibilidade para a aprendizagem mútua, para substituir aquilo que nos distancia por aquilo que nos aproxima e enriquece reciprocamente. Ancorada nesse pressuposto ideológico, a política de identidade, fortemente ligada aos novos movimentos sociais, apoia-se na exigência de reconhecimento político, jurídico, social e cultural por parte de grupos previamente excluídos. Contudo, reconhecer implica também conceder legitimidade num contexto dominante de hierarquização e assimetria de poder. Quem reclama reconhecimento está necessariamente num lugar diferente de quem pode atribuir esse mesmo reconhecimento ambicionado. Esse é o paradoxo das minorias sociais que lutam por serem legitimados os seus direitos, ao mesmo tempo que contestam os mecanismos existentes para que as suas demandas sejam reconhecidas.

Teoricamente, o conceito de reconhecimento tem sido questionado por quem defende o primado da redistribuição, sublinhando a importância de tornar acessíveis de uma forma justa e democrática os recursos financeiros e culturais que, de uma forma mais holística, contribuem para a atribuição de reconhecimento num momento posterior.

Independentemente da validade dos argumentos utilizados, a falta de reconhecimento – cultural, jurídico, político ou social – assinala o estabelecimento e a consolidação de hierarquias de valor, mediante as quais determinados grupos ou categorias sociais são considerados mais ou menos relevantes por comparação a outros grupos ou categorias. Em situações de acentuado constrangimento socioeconómico, a tendência para a criação de prioridades traduz-se num agravamento das desigualdades geradoras de maior segregação. Desse processo circular, em que o reconhecimento é repetidamente substituído pela invisibilidade, resultam custos graves para os direitos de cidadania e para a qualidade da democracia e da justiça social.

Ana Cristina Santos